**OS IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI N° 13.415/2017)**

Stefany Reis Marquioli

UNIMONTES

[stefanymarquioli@gmail.com](mailto:stefanymarquioli@gmail.com)

Derliane de Oliveira Medeiros

SEDU/ES

[derliane17@gmail.com](mailto:Derliane17@gmail.com)

Luís Fernando de Souza Alves

UFMG

[luisf3@gmail.com](mailto:luisf3@gmail.com)

Lucas Matheus Araujo Bicalho

UNIMONTES

[bicalholucas7@gmail.com](mailto:bicalholucas7@gmail.com)

Ioli Ferreira Santiago

UFV

[iolimfs@gmail.com](mailto:iolimfs@gmail.com)

Guilherme Carvalho Vieira

UNIMONTES

[guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com](mailto:guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com)

**Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Palavras-chave**: **Lei n° 13.415/2017, Educação, Ensino Médio**

**Resumo Simples**

No Brasil, a Lei n° 13.415/2017, conhecida como a *Lei da Reforma do Ensino Médio*, promoveu mudanças na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. Tal lei aumentou a carga horária, bem como alterou a grade curricular, tornando-a mais flexível, o que causou implicações na educação dos/as estudantes (Brasil, 2017). Assim, este estudo tem por objetivo refletir acerca dos impactos do Novo Ensino Médio na formação dos/as jovens. Para tanto, a metodologia consiste na revisão de literatura em relação à implantação da Lei n° 13.415/2017. Vale sublinhar que essa legislação agravou desigualdades entre o ensino público e o privado, uma vez que dificulta a entrada dos/as alunos/as de instituições públicas no ensino superior (Vicente; Moreira, 2019). Ademais, muitas escolas não possuem uma infraestrutura adequada para o aumento da jornada escolar (Ferretti, 2018; Pestana; Lima, 2019). Em vista disso, verificamos que as alterações na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* *(LDB)* acarretaram retrocessos educacionais, como a retirada de disciplinas obrigatórias, que eram essenciais para a formação social e crítica dos/as alunos/as, além do aumento da carga horária não condizer com a realidade social de uma parcela dos/as estudantes. Dessa maneira, essas mudanças não representaram uma melhoria na educação, resultando na precarização e na diminuição do acesso ao ensino público de qualidade. Portanto, ressaltamos a necessidade de promover reflexões a respeito das políticas educacionais no contexto brasileiro, a fim de trazer equidade educativa.

**Referências**

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília: Congresso Nacional, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 07 abr. 2024.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018.

PESTANA, Graziele de Jesus; LIMA, Ângela Maria de Sousa. A BNCC do ensino médio no contexto da lei nº 13.415/2017: desafios e perspectivas para as juventudes das escolas públicas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 40, n. 2, p. 147-166, 2019.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas educacionais para a formação do jovem brasileiro: a reforma do ensino médio e as implicações da lei nº 13.415/2017. **Educação em Análise**, v. 4, n. 2, p. 187-206, 2019.